

Obras de reconstrução no RS exigem mais estudos

IPH afirma que novos dados são necessários para que haja eficiência

/ INFRAESTRUTURA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Apesar dos esforços dos governos municipais, estadual e federal para recuperar as áreas afetadas pela enchente histórica de maio de 2024, o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) alerta que o progresso e a eficiência das obras estão comprometidos pela ausência de estudos fundamentais. De acordo com o professor Fernando Meirelles, representando a visão consolidada do órgão, a lentidão de algumas ações reflete tanto a complexidade dos projetos quanto a falta de informações atualizadas sobre a infraestrutura fluvial e topografia do Estado.

“Hoje, não temos dados suficientes para planejar adequadamente. Sem um levantamento batimétrico e topográfico atualizado, não é possível avaliar a eficiência dos projetos propostos nem indicar mudanças”, afirma. Segundo ele, muitas obras ainda utilizam como base estudos da década de 1970, que estão defasados devido às mudanças naturais e urbanísticas ocorridas desde então.

A primeira etapa da reconstrução do Estado, segundo o IPH, deveria ter passado pela realização de um levantamento detalhado para compreender a situação atual. Isso inclui mapear o sistema fluvial, registrar as áreas atingidas pela cheia e revisar os critérios técnicos das obras existentes, como o dique do Sarandi, em Por-



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Meirelles diz que elevação parcial do dique do Sarandi é insuficiente

to Alegre. “Mesmo com a cota recomposta, ela ainda está abaixo do projeto original e não resistiria a uma cheia como a última”, alerta o professor, sobre a primeira etapa de elevação da estrutura, finalizada na última semana pela prefeitura da Capital.

Meirelles ainda reconhece os esforços do governo estadual em incluir a comunidade científica no planejamento das ações, mas ressalta que o processo tem sido lento. “Já passamos os termos de referência ao governo em junho de 2024 para essa atualização de informações, mas o edital de contratação dos estudos ainda não foi lançado. Isso até é compreensível, dado o número de especialistas e instituições envolvidas, mas precisamos avançar.”

Para o IPH, o caminho adotado é tecnicamente correto, mas ainda insuficiente para lidar com os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela urbanização acelerada. “A cheia de 2024

nos mostrou que precisamos revisar toda a lógica de planejamento. Sem dados confiáveis, continuaremos vulneráveis a eventos climáticos extremos.”

Em Porto Alegre, como citado, as obras emergenciais também enfrentam desafios, mas não contam com auxílio do Instituto, que não foi solicitado. De todo modo, Meirelles sugere que a prefeitura priorize o mapeamento completo das áreas inundadas e realize auditorias detalhadas no sistema de drenagem. Ele também enfatiza a importância da conscientização da população sobre o descarte correto de resíduos, para evitar o agravamento dos problemas de escoamento.

Na Região Metropolitana, projetos como os dos arroios Feijó aguardam definições técnicas mais precisas. “As intervenções previstas são necessárias, mas não podemos avançar sem dados atualizados que assegurem sua eficácia”, conclui.

Novo boletim confirma La Niña para o verão deste ano

/ CLIMA

Nico Costamilan
nico@jcrs.com.br

Uma projeção do Centro de Meteorologia e Oceanografia dos Estados Unidos (NOAA), divulgada na última quinta-feira, atualizou as condições para a estabilização do La Niña, fenômeno que deve chegar ao Rio Grande do Sul neste verão, mas com fraca intensidade.

Esperado desde o início de 2024, a confirmação ocorreu apenas na última semana já que temperaturas do Oceano Pacífico não estavam no limiar para que pudesse ser efetivado como La Niña. A expectativa preocupava agricultores gaúchos pelo impacto direto no setor e na pecuária, já que o fenômeno é conhecido por causar períodos de seca, prejudicando o desenvolvimento das lavouras e reduzindo a produção de carne e leite na região.

La Niña, inverso do El Niño, tem origem natural e corresponde ao resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico, com influência direta no clima dos continentes. De acordo com o meteorologista da Climatempo Guilherme Borges, existia uma forte expectativa para a estabilização do fenômeno desde a metade de 2024 - com o prazo colocado cada vez mais para a frente. A variabilidade de temperatura no Pacífico, que define o fenômeno, não se mantinha no limiar determinado para confirmar sua definição (temperatura abaixo de -0,5°C no Pacífico, durante três meses).

Segundo a NOAA, agora pode-se confirmar que o La

Niña vem de fato. Com início em janeiro, permanece principalmente até final de fevereiro e início de março, e logo depois, inicia a transição para um período neutro. No entanto, seus impactos permanecem de fraca intensidade.

Segundo Borges, no Rio Grande do Sul é esperado variabilidade nas chuvas, mas dentro da média prevista para a estação. Para a região Oeste e Leste do Estado, as temperaturas podem subir acima da média, mas ainda dentro da normalidade. “A chuva deve estar mais dentro da normalidade da estação, que geralmente é um tanto úmida, vemos uma propensão [para seca] sim, não podemos descartar, porque o fenômeno favorece chuvas irregulares no sul do Brasil - mas não vemos um sinal que isso vá prejudicar efetivamente a agricultura, o abastecimento na faixa sul brasileira.”

Quanto aos impactos no verão gaúcho, o meteorologista indica que o La Niña deve seguir a sua característica de trazer muitas frentes frias passando pelo Sul do Brasil, trazendo uma condição ventosa, principalmente para quem está no Litoral. “Essa frequência de frentes frias causa uma diferença de temperatura, que leva à mudança de pressão, e que intensifica os ventos. Logo depois que elas passam, temos muita circulação do mar para o continente. Deixa ventoso, mas dentro da normalidade. Vai dar para o pessoal aproveitar - querendo ou não, em janeiro, fevereiro e março, faz muito calor no Rio Grande do Sul”, explica Borges.

Chuva deixa 220 desabrigados e temor de novos deslizamentos no interior de MG

/ CLIMA

Após as fortes chuvas registradas na madrugada deste domingo (12), que deixaram 11 pessoas mortas nas cidades de Ipatinga e Santana do Paraíso, em Minas Gerais, cerca de 220 pessoas estão desalojadas ou desabrigadas. As informações foram confirmadas ontem pelo governador Romeu Zema.

De acordo com ele, a Defesa Civil estadual está atuando no apoio e recuperação das cidades e que os corpos de todas as víti-

mas já foram encontrados. Zema também fez um apelo para que as pessoas que moram próximas às áreas de risco tomem cautela e fiquem atentas aos avisos.

“A questão dos desalojados e desabrigados que, entre Ipatinga e Santana do Paraíso, totalizam aproximadamente 220 pessoas (...) Eu encerro aqui fazendo um apelo àqueles que moram, que estão próximos a áreas de risco, que tomem muita cautela. O chão ainda está encharcado, há previsão de mais chuva e mais deslizamentos

podem ocorrer”, disse.

Zema fez visitas aos locais mais afetados da cidade e recebeu a solicitação de abrir uma linha de crédito para auxiliar as empresas que foram afetadas, assim como as famílias que tiveram problemas.

“Estive pessoalmente em um local, inclusive, onde se perdeu vida, conversei com o cunhado da vítima, com o vizinho que tentou socorrer ainda na madrugada, e vi os danos”, contou.

Dez das onze pessoas que perderam a vida são de Ipatinga, en-

tre as quais estão duas crianças e dois idosos, após desabamento de casas. Entre os dez mortos, cinco eram de uma mesma família, cuja casa foi atingida por um deslizamento no bairro Bethânia.

Em Santana do Paraíso, cidade vizinha a Ipatinga, pelo menos uma pessoa morreu no hospital depois de ser resgatada do desabamento de uma casa.

Segundo o prefeito de Ipatinga, Gustavo Nunes (PL), foram registrados 204 mm de chuva somente na região do bairro Be-

thânia. Ele ressaltou que choveu no município durante quase todos os últimos 30 dias.

“A terra ficou muito encharcada e vocês acompanharam os vídeos das encostas desabando. A gente consegue perceber que a terra vira ali uma mistura, na verdade, de água com terra, de tão maleável que fica”, afirmou. O Executivo publicou ontem um decreto para que a prefeitura de Ipatinga possa fazer um depósito financeiro de um salário mínimo para as pessoas que foram mais afetadas.